

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>PRIMEIRA PARTE: DIREITO E JUSTIÇA</b>	22
<b>CAPÍTULO 1 – HOMEM, SOCIEDADE E DIREITO: SÍNTESE JUSFILOSÓFICA VOLTADA AO JUSNATURALISMO</b>	23
1.1. Notas da controvérsia	23
1.2. Jusnaturalismo: determinação de um sistema	25
1.3. Política: o homem é um ser gregário	25
1.4. Política: a cidade tem prevalência sobre o indivíduo	27
1.5. Dos Deveres: a busca da verdade conduz o homem a constituir sociedade	28
1.6. Súmula contra os Gentios: a vontade divina institui a sociedade	29
1.7. Contratualismo jurídico	31
1.8. Leviatã: o homem é gregário por necessidade	33
1.9. Dois Tratados sobre o Governo Civil: o indivíduo é pré- existente a sociedade	36
1.10. Espírito das Leis: sobre a natureza das coisas	38
1.11. Contrato social: hipotético pacto celebrado pelos homens	41
1.12. Abstração e premissas	45
Conclusão do capítulo	45
<b>CAPÍTULO 2 – POSITIVISMO JURÍDICO</b>	47
2.1. Origens históricas	48
2.2. Estado moderno e positivismo	51
2.3. Tripartição de funções, Estado de Direito e positivismo	58
2.4. Hans Kelsen: Teoria Pura do Direito	59
Abstrações convergentes	64
2.5. Norberto Bobbio: Teoria da Norma Jurídica e Teoria do Ordenamento Jurídico	65
Abstrações convergentes	70
Conclusão do capítulo	71

<b>CAPÍTULO 3 – CONSTITUCIONALISMO</b>	72
3.1. Acepções do vocábulo constitucionalismo: delimitação do tema	72
3.2. Antecedentes: definição da lógica sistêmica	73
3.3. Constitucionalização do Direito	74
3.4. Interpretação conforme a Constituição	76
3.5. Princípios informadores do constitucionalismo	78
3.6. Fundamento histórico: as Declarações de Direito	81
3.6.A. Escorço sobre o Poder Constituinte	85
3.6.B. Escorço sobre a Tripartição de Poderes	86
3.6.C. Convergência	88
3.7. Fundamento positivista: norma hipotética fundamental e Constituição	88
3.7.A. Convergência	90
Conclusão do capítulo	91
<b>CAPÍTULO 4 – JUSTIÇA</b>	93
4.1. Acepções do vocábulo Direito: dicotomia anunciada	94
4.2. A justiça é fruto de um impulso individual e inato	96
4.3. Direito e Moral	98
4.4. Tridimensionalidade do Direito	99
4.5. Uma visão romana de justiça	101
4.6. Matizes modernas	103
4.7. Acesso à justiça	107
4.7.A. Crise da justiça	108
4.7.B. Finalidade do acesso efetivo à justiça	111
Conclusão do capítulo	114
<b>SEGUNDA PARTE: JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA</b>	115
<b>CAPÍTULO 1 – JURISPRUDÊNCIA</b>	117
1.1. Anúncio de um sistema	117
1.1.A. Escorço analítico sobre as fontes do Direito	118
1.1.B. O Sistema de Common Law	122
1.1.C. A Família Romano-germânica	127

1.1.D. Convergências	131
1.2. Jurisprudência dos Antigos	132
1.3. Crise dos Modernos	135
1.4. Releitura da jurisprudência: nossa proposta de definição	140
Conclusão do Capítulo	141
<b>CAPÍTULO 2 – DIREITO SUMULAR</b>	142
2.1. Limites da decisão judicial	143
2.2. Caráter constitutivo em função dos limites da decisão judicial	147
2.3. Criação do Direito na decisão judicial	148
2.3.A. São os juízes intérpretes?	149
2.3.B. Intérpretes autênticos?	151
2.3.C. São os juízes legisladores?	152
2.3.D. Convergências	155
2.4. Decisão judicial, jurisprudência e súmula	156
2.4.A. Abstração	158
2.5. Apresentando a súmula	159
2.5.A. Lema	161
2.5.B. A súmula e a interpretação autêntica	162
2.5.C. Ideal do meio-termo	163
2.6. Definindo Direito Sumular	164
Conclusão do capítulo	165
<b>CAPÍTULO 3 – MODELO PARADIGMÁTICO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO SUMULAR</b>	167
3.1. O Assento nas Ordenações do Reino	168
3.2. O prejulgado e o Código de Processo Civil de 1939	173
3.3. A uniformização de jurisprudência e o Código de Processo Civil de 1973	177
3.4. Outros caminhos	182
3.5. Súmula da Jurisprudência Predominante do STF	183
3.5.A. Força quase-normativa da Súmula	186
3.6. Difusão da Súmula	187
Conclusão do capítulo	189

<b>CAPÍTULO 4 – ESCORÇO DESCRITIVO DA ESTRUTURA SUMULAR BRASILEIRA</b>	190
4.1. Súmula Vinculante	191
4.1.A. Algumas palavras sobre a Súmula Vinculante	196
4.2. Súmula Impeditiva de Recursos	199
4.2.A. Súmula Impeditiva de Recursos e Apelação	201
4.2.B. Algumas palavras sobre a súmula impeditiva de recursos	204
4.3. Súmula Monocrática	206
4.3.A. Trâmite legislativo	206
4.3.B. Crise da constitucionalidade Nosso posicionamento	208
4.3.C. Constituição da súmula monocrática	211
Conclusão do capítulo	213
<b>CAPÍTULO 5 – TEORIA GERAL DA SÚMULA MONOCRÁTICA</b>	214
5.1. Fatores constitutivos	214
5.2. Requisitos	216
5.2.A. Matéria unicamente de direito	216
5.2.B. Mesmo juízo	218
5.2.C. Sentença pretérita de total improcedência	219
5.2.D. Casos idênticos	221
5.2.E. Abstrações	223
5.3. O procedimento e a questão da citação	223
5.4. O procedimento e a questão do “juízo de retratação”	228
5.5. Crise ou harmonia de súmulas: bis in idem sumular	230
5.6. Sugestão normativa	232
Conclusão do capítulo	234
<b>CAPÍTULO 6 – TEORIA ESCALONADA DAS SÚMULAS JUDICIÁRIAS</b>	236
6.1. Estabilidade funcional: organização judiciária	237
6.1.A. Jurisdição e competência: notas de distinção	238
6.1.B. De que jurisdição estamos falando?	239
6.1.C. Tribunais constituídos versus tribunais de exceção	241
6.1.D. Tribunal Constitucional Federal	242

6.1.E. Tribunal Infraconstitucional Federal	245
6.1.F. Tribunal de Apelação	247
6.1.G. Juízos Monocráticos	248
6.1.H. Organograma	249
6.2. Alocação das súmulas por competência dos órgãos	249
6.2.A. Súmula vinculante	249
6.2.B. Súmula Impeditiva de Recursos	250
Organograma da súmula impeditiva de recursos por sua amplitude	252
6.2.C. Súmula Monocrática	252
6.3. Escalonamento: grau hierárquico	252
6.3.A. Fluxograma Descritivo Sintético	257
Conclusão do Capítulo	257
<b>CONCLUSÃO DA TESE</b>	<b>258</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>265</b>